

JOAQUIM MURTINHO, BANQUEIRO:
NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO BANCO RIO E MATO GROSSO (1891-1902)¹

Paulo Roberto Cimó Queiroz
(Univ. Federal da Grande Dourados, UFGD – prcqueiroz@uol.com.br)

RESUMO: O Banco Rio e Mato Grosso, fundado no Rio de Janeiro em 1891 com a participação de membros da família Murtinho (integrantes da elite política mato-grossense da época) e liquidado em 1902, foi a primeira instituição bancária a operar no antigo estado de Mato Grosso. Entretanto, ele tem sido lembrado pela historiografia de modo apenas incidental. Este trabalho, tendo como fontes documentos do próprio banco, busca recuperar sua trajetória e discutir suas vinculações com a economia e a política do antigo Mato Grosso, visando demonstrar a relevância de seu estudo sobretudo no que concerne ao tema das relações entre os bancos e o crescimento econômico regional.

O Banco Rio e Mato Grosso, primeiro estabelecimento de crédito a operar no antigo Mato Grosso, não foi ainda objeto específico de nenhum estudo. Desse modo, o presente texto precisou antes de tudo enfrentar a “dispersão das informações básicas”, a que se refere Saes (2001:5), para tentar traçar minimamente a trajetória dessa instituição. Na obra citada, Saes de fato observava que, em vista precisamente da referida dispersão de informações, os estudos sobre a história monetária e bancária brasileira tendiam a privilegiar a “pesquisa empírica”, com “estudos de caráter regional ou sobre instituições específicas”, preocupados com “temas e problemas peculiares” (op. cit.:4-5)². Se o estudo aqui delineado não chega, portanto, a escapar de tais condicionamentos, espero que ele venha pelo menos contribuir para “a elaboração de uma história monetária e bancária mais abrangente, que possa incorporar as diversas questões levantadas nas experiências estudadas” (Saes, 2001:5).

O referido Banco foi fundado com base em uma autorização concedida pelo governo provisório da República (Decreto nº 1.149, de 6.12.1890)³ e seus incorporadores foram Francisco Moreira da Fonseca, Francisco Murtinho e Francisco de Paula Mayrink. Constituído em assembléia no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1891, o banco operou regularmente até julho de 1902, quando entrou em processo de liquidação amigável. Sua presidência foi exercida por Joaquim Murtinho até 1º de setembro de 1896 e por Francisco Murtinho⁴ a partir de maio de 1897.

¹ O presente trabalho é parte de uma pesquisa maior, intitulada *A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na Bacia Platina (1882-1949)* e atualmente desenvolvida, com bolsa do CNPq, no âmbito de um estágio de pós-doutoramento (UFF).

² Na verdade, referindo-se de modo geral à América Latina, também Carlos Marichal apontou que “en la mayoría de las historias económicas generales” prestava-se “poca atención al papel de los bancos en la evolución económica a largo plazo” (Marichal, 2002:47).

³ Toda a legislação referida neste trabalho pode ser consultada em www2.camara.gov.br/legislacao.

⁴ Os irmãos Murtinho (Manuel, Joaquim e Francisco) eram naturais de Cuiabá, de onde saíram ainda jovens para estabelecerem-se, de modo praticamente definitivo, no Rio de Janeiro (embora os dois primeiros, sobretudo, mantivessem com o estado natal estreitos vínculos políticos).

A respeito do contexto da fundação do Banco Rio e Mato Grosso (BRMT), cabe lembrar que, ainda no regime monárquico, em meio à escassez de meios de pagamento e à crença de que “era necessário utilizar a rede bancária privada como agente supridor dos recursos monetários demandados pela economia”, intensificara-se a criação de bancos, o que levou a uma febril especulação com os papéis dessas instituições. A instauração da República sustou por um momento esse processo, mas logo em seguida o novo regime “aceitou continuar a política de empréstimos aos bancos particulares”. Ao mesmo tempo, respondendo às concepções federalistas então emergentes, determinava-se a “pluralidade do direito de emissão” (cf. Levy, 1977:144-149). De fato, o Decreto nº 165, de 17.1.1890, relativo aos bancos emissores, distribuiu tal faculdade por três regiões do país, sendo Mato Grosso incluído na região sul, cuja sede seria Porto Alegre.

Embora não seja clara a natureza das relações do BRMT com o banco emissor a ser fundado em Porto Alegre, o decreto 1.149 concedia-lhe preferência na obtenção dos “favores” (aí incluída a “cessão gratuita de terras”) “assegurados aos bancos regionais” pelo citado decreto nº 165. Assim, já em 26 de dezembro de 1890 (antes, portanto, da efetiva constituição do banco) seus incorporadores assinaram com o governo federal um contrato pelo qual poderiam receber gratuitamente em Mato Grosso, para fins de colonização, nada menos que 500 mil hectares de terras, divididos em dez glebas de 50 mil ha cada uma (R-1893)⁵.

Embora tenha atuado também na praça do Rio de Janeiro, onde ficava sua sede, o “fim principal” do banco era, desde o início, “operar em Mato Grosso” (cf. R-1892), onde manteve de fato uma “caixa filial” (na cidade de Corumbá) e uma agência (na capital, Cuiabá)⁶. Desse modo, o BRMT tem sido mencionado pela historiografia relativa a temas mato-grossenses/sul-mato-grossenses. Trata-se aí, contudo, apenas de rápidas menções *en passant*. Na história dessa região, o banco tem sido lembrado apenas por suas relações com o importante ramo da extração de erva-mate, pelo fato de haver constituído, em setembro de 1891, a célebre Companhia Mate Laranjeira (CML). Essa companhia, que chegou a deter um autêntico monopólio sobre a exploração dos ervais nativos existentes no extremo sul do então estado de Mato Grosso⁷, transformou-se em uma grande e potente empresa, que dispunha de sua própria infraestrutura de extração e comercialização, comandava milhares de trabalhadores e exerceu um papel dominante na economia ervateira sul-mato-grossense até

⁵ Para simplificar a redação, os relatórios apresentados pela diretoria do banco às assembléias de acionistas são aqui designados pela letra R seguida do ano em que se realizou a assembléia (ficando claro portanto que um relatório assim designado se refere às atividades do ano anterior).

⁶ Antes da abertura do rio Paraguai à navegação brasileira (1856), Cuiabá era o principal polo comercial da então província. Após 1856, essa função foi sendo gradativamente assumida por Corumbá (estrategicamente situada às margens daquele rio), onde tenderam a concentrar-se as casas comerciais que efetuavam o comércio de importação e exportação (v. **Figura 1**, ao final do texto).

⁷ Como se sabe, a porção meridional do antigo Mato Grosso foi transformada, em 1977, no novo estado de Mato Grosso do Sul. Para facilitar a redação e, ao mesmo tempo, evitar o anacronismo, essa porção é referida, neste trabalho, como “antigo sul de Mato Grosso”, “sul do antigo Mato Grosso” ou simplesmente SMT.

a década de 1940. Desse modo, o banco ficou relegado praticamente à condição de uma espécie de nota de rodapé na história de sua criatura mais famosa.

A esse respeito, um exemplo paradigmático é o estudo pioneiro sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, onde o BRMT é citado apenas na seguinte passagem: “Os ervais do Sul mato-grossense [...] tiveram sua exploração monopolizada pela Companhia Mate Laranjeira, ligada ao Banco Rio e Mato Grosso, de existência transitória, numa experiência que configurou, pela vez primeira, a interferência clara do capital financeiro na produção regional” (Alves, 1984:30-31; v. referências semelhantes em Borges, 2001:128 e Arruda, 1997:33). Outros relevantes estudos, inclusive sobre Corumbá, nem mesmo se referem ao banco (cf. Corrêa, 1999; Ito, 2000; Souza, 2008). Zephyr Frank, enfim, chega a inverter, por equívoco, as habituais referências, ao situar o BRMT como “a holding company set up by the Mate Laranjeira Company” (Frank, 1999:85).

Menções um pouco mais extensas, embora ainda de passagem, encontram-se em dois trabalhos relativos a Joaquim Murtinho: a biografia escrita pelo historiador mato-grossense Virgílio Corrêa Filho (1951)⁸ e o livro de Fernando Faria (1993). O primeiro, de sentido predominantemente elogioso, situa o BRMT como “o primeiro estabelecimento de crédito em Mato Grosso, fecundo em consequências econômicas” (Corrêa Filho, 1951:50). Já em Faria, as referências a Murtinho e ao banco são essencialmente negativas. Lançando mão do conceito de “privatização do estado”, o autor enfatiza acima de tudo a aparente disposição, por parte da família Murtinho e seus aliados, de dominarem completamente a economia e a política mato-grossenses, por meios espúrios e mesmo violentos, com o único objetivo de se locupletarem de poder e riquezas. Não é essa, por certo, uma visão propriamente equivocada. Zephyr Frank, por exemplo, assinala que oligarquias como a dos Murtinho “ruled on account of their guile, brute force, and control of sources of political patronage and economic resources linked, frequently, to state-sanctioned monopolies” (Frank, 1999:366; v. tb. Corrêa, 1995). Contudo, a descrição de Faria afigura-se um tanto caricatural, fundada num viés moralista que não me parece o mais adequado à correta compreensão dos respectivos fenômenos⁹.

No presente trabalho, portanto, busco demonstrar que não há justificativas reais para que a história do banco se reduza ao simples registro de sua ligação com a CML e que, ao contrário, seu estudo pode constituir uma importante chave para a compreensão de boa parcela da história econômica, política e social do antigo Mato Grosso. Assim, meu propósito é, sobretudo, contribuir para retirar o BRMT de sua condição de “não-objeto”, chamando a atenção de outros pesquisadores

⁸ Cujas informações são também reproduzidas em Luz (1980).

⁹ A esse respeito penso ser válida, embora referida a um contexto diverso, a seguinte observação de Hobsbawm: “O desenvolvimento econômico não é uma espécie de ventríloquo com o resto da história como seu boneco. Neste sentido, mesmo o homem de negócios mais limitado à procura do lucro em, digamos, minas sul-africanas de ouro e diamantes jamais pode ser tratado exclusivamente como uma máquina de ganhar dinheiro. Ele não ficava imune aos apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial” (Hobsbawm, 1988:94-95).

para as várias possibilidades de análise que sua trajetória oferece.

A trajetória do BRMT

Segundo os estatutos, o capital do banco seria de 20 mil contos (em 100 mil ações de 200\$000), dos quais já haviam sido realizados, por ocasião da constituição, 20% (cf. Ata da assembléia de constituição, 29.1.91). Entretanto, em face da dura realidade da praça do Rio, no rescaldo do Encilhamento, o banco logo decidiu reduzir a 6 mil contos o capital a ser efetivamente realizado (cf. Ata da assembléia extraordinária de 14.1.1892)¹⁰. O BRMT era considerado, por seu próprio presidente, um banco “pequeno” (R-1901) e, de fato, seu capital realizado estava, em 1891, abaixo da média (7,4 mil contos) do conjunto dos “bancos e casas bancárias” do Rio de Janeiro (cf. Levy, 1977:164). Seu capital era, contudo, equivalente ao de dois importantes bancos paulistas da mesma época, a saber, o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco de São Paulo, ambos com um capital realizado de 5 mil contos (cf. Saes, 1986:153-154).

Segundo um conceito que pertence, por assim dizer, ao senso comum historiográfico sobre Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, o BRMT seria o “banco dos Murtinho” (cf. a frase de Nícia V. Luz, 1980:26). Contudo, na lista dos subscritores das então 100 mil ações do banco, em janeiro de 1891, aparecem nada menos que 155 nomes, entre pessoas físicas e jurídicas – embora, como mostra a **Tabela 1**, os 10 maiores subscritores detivessem 37% do total das ações (cf. lista in Arquivo Nacional – Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, livro 54, registro 1.333)¹¹.

Tabela 1 – Banco Rio e Mato Grosso: 10 maiores subscritores de ações (jan. 1891)

Nº de ordem	Subscritor	Nº de ações	% do total de 100.000
1	Primo Augusto Teixeira Pinho	8.375	8,4
2	Francisco Mayrink	7.050	7,1
3	Banco Brasil e Norte América	4.000	4,0
4	Banco de Crédito Real do Brasil	4.000	4,0
5	Luis de Faro Oliveira	3.000	3,0
6	Barão do Alto Mearim	3.000	3,0
7	Banco Construtor do Brasil	2.500	2,5
8	Th. Carlos e [Família]	2.000	2,0
9	Manoel T. Silva Cotta	1.500	1,5
10	Rodolpho [ou Adolpho] Abreu	1.500	1,5
Totais		36.925	37,0

Fonte: AN – Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, livro 54, reg. 1.333.

Entre os subscritores encontram-se vários outros bancos, além dos incluídos na tabela acima: o Banco dos Comerciantes (1.000 ações), Agrícola do Brasil (1.000), Colonial do Brasil (1.000), Luso Brasileiro (1.000) e Itália Brasile (250). A lista revela ainda a forte presença de vários outros

¹⁰ No entanto, uma pequena parcela de 1 conto de réis nunca chegou a ser realizada.

¹¹ É preciso notar que, nesse documento, muitos nomes aparecem total ou parcialmente ilegíveis: a lista foi preenchida pelos próprios subscritores, os quais, em alguns casos, no lugar dos nomes apuseram simplesmente suas assinaturas.

capitalistas da praça do Rio de Janeiro: além dos que constam na tabela, aparecem, por exemplo, J. Modesto Leal (500 ações) e vários integrantes das famílias Braga, Zenha, Fonseca etc.

Joaquim e Francisco Murtinho aparecem, por sua vez, com uma subscrição abaixo da média: apenas 600 ações cada um. Pode-se certamente supor que ambos, ou outros membros de sua família, fossem também acionistas de algum ou alguns dos bancos subscritores. Mesmo assim, parece totalmente fora de questão a idéia de que “os Murtinho” fossem os “donos” do banco ou detivessem seu completo controle.¹²

Eles tiveram, certamente, a idéia e a iniciativa da fundação do estabelecimento (além de terem sido responsáveis, como foi visto, por sua alta administração). Segundo Corrêa Filho, Joaquim Murtinho estava solidamente estabelecido no Rio de Janeiro, ainda no período imperial, como professor e sobretudo como médico. Entre seus pacientes, além de outras importantes figuras do mundo político nacional, estava o próprio Deodoro da Fonseca. Desse modo, J. Murtinho detinha apreciável influência nos bastidores do governo provisório, tendo mesmo obtido para seu irmão Francisco uma das concessões incluídas no conhecido Decreto nº 862, de 16.10.1890¹³ (Corrêa Filho, 1951:50 e 53).

Os dois irmãos, contudo, não agiam sozinhos. Tanto na concessão do decreto 862 como na do BRMT, F. Murtinho aparece ao lado do célebre Francisco Mayrink, fundador do Banco Construtor do Brasil, “decano do mercado” do Rio de Janeiro e detentor de “preponderante influência” sobre o ministro Rui Barbosa (Carvalho, 2004:126, 131). Desse modo, o lançamento do BRMT parece haver sido mais um dos vários negócios comandados por Mayrink nesse período. De fato, a lista dos subscritores mostra, mesmo num rápido exame, que Mayrink ali aparece por si próprio (7.050 ações) e por instituições e pessoas a ele notoriamente vinculadas, como o Banco Construtor do Brasil (2.500), o Banco de Crédito Real do Brasil (4.000), o barão do Alto Mearim (3.000 ações) e o visconde de Assis Martins (1.000), além do barão de Oliveira Castro e João da Matta Machado (500 ações cada um)¹⁴.

Na presente pesquisa não foi possível encontrar, até o momento, outras listas que relacionassem os acionistas ao número de ações que possuíam¹⁵. Tudo que se tem é uma lista dos nomes dos acionistas presentes ou representados nas duas últimas assembléias do banco, em 10.7.1902 e

¹² Convém notar que, pelos mecanismos da conhecida “indústria das concessões”, parte substancial dos lucros associados ao empreendimento foi obtida pelos incorporadores, ao que tudo indica, já no momento da constituição do banco: o contrato referente à concessão de terras em Mato Grosso, assinado, ainda em 1890, entre o governo federal e os concessionários originais, foi em seguida transferido ao banco por meio de uma operação de venda (cf. Ata da assembléia de 29.1.91).

¹³ Concedia-se “ao engenheiro Francisco Murtinho e ao Banco Construtor do Brasil” uma ferrovia que, partindo de Catalão (Goiás) e passando por Cuiabá, terminaria na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia (art. 4º).

¹⁴ A respeito do “vasto grupo de associados” de Mayrink, v. Carvalho, 2004:126.

¹⁵ Não se encontram tais listas nos relatórios do banco nem entre os demais documentos existentes no fundo da Junta Comercial. O fundo da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional), por sua vez, não possui quaisquer documentos do BRMT.

26.2.1903. Nelas aparecem ainda cerca de 60 nomes, destacando-se membros da família Oliveira Castro/Alvim (16 nomes), Moreira Fonseca/Luz (8) e Zenha/Nogueira de Moraes (7). Desse modo, parece possível dizer que a diretoria do banco efetivamente precisava, em razoável medida, prestar contas aos acionistas – cujos temores e impaciência, aliás, podem ser surpreendidos em vários momentos nas entrelinhas dos relatórios da presidência, dos pareceres do conselho fiscal e das atas das assembléias gerais¹⁶.

É certo que, pelo que indicam os dados publicados nos balanços, o BRMT desfrutou sempre de uma situação relativamente sólida, até mesmo no contexto da crise nacional da virada do século. De fato, embora se trate de valores apenas nominais, os dados da **Tabela 2** indicam uma tendência de crescimento dos depósitos e uma confortável disponibilidade de caixa, e os próprios empréstimos, embora não mostrem desempenho excepcional, parecem haver-se recuperado mesmo em meio à crise.

Tabela 2 – BRMT: valores em caixa, depósitos e empréstimos (em réis)

Ano	Caixa		Depósitos		Empréstimos	
	Valores	Índices	Valores	Índices	Valores	Índices
1891	250:971\$095	100	1.071:879\$635	100	2.444:779\$710	100
1892	196:468\$820	78,3	753:710\$535	70,3	2.744:401\$482	112,3
1893	215:711\$823	86,0	881:965\$744	82,3	1.915:320\$830	78,3
1894	250:743\$861	99,9	1.024:862\$310	95,6	2.151:414\$360	88,0
1895	200:350\$803	79,8	1.507:983\$270	140,7	2.596:024\$910	106,2
1896	222:218\$402	88,5	1.058:867\$110	98,8	1.836:671\$460	75,1
1897	409:848\$143	163,3	1.117:757\$900	104,3	1.877:806\$220	76,8
1898	761:128\$118	303,3	1.734:239\$500	161,8	1.314:864\$570	53,8
1899	609:049\$156	242,7	2.060:765\$040	192,3	1.713:990\$710	70,1
1900	925:321\$793	368,7	3.064:365\$843	285,9	2.064:998\$830	84,5
1901	446:076\$638	177,7	2.888:403\$242	269,5	2.392:912\$606	97,9

Fonte: relatórios apresentados às assembléias. Empréstimos = empréstimos por contas correntes ou cauções + letras descontadas; depósitos = depositantes por contas correntes e letras nominativas/ao portador.

Por outro lado, a julgar pelos dados das **Tabelas 3 e 4**, o banco jamais se caracterizou como uma instituição especialmente lucrativa. Ao contrário, a rentabilidade apresenta uma clara tendência declinante, antes mesmo do agravamento da situação econômico-financeira do país no final do século XIX – o que certamente ajuda a compreender a aparente indisposição de parte dos acionistas.

Tabela 3 – BRMT: capital, reservas, lucros e dividendos

Ano	Capital realizado	Fundo de reserva	Dividendos		Lucros líquidos	
			Valores	% s/capital	Valores	% s/ capital + reservas
1891	5.443	40:400\$000	350:000\$	6,4	390:677\$230	7,1
1892	5.761	86:000\$000	390:000\$	6,8	437:538\$282	7,5
1893	5.773	127:000\$000	360:000\$	6,2	402:060\$304	6,8
1894	5.893	170:000\$000	360:000\$	6,1	410:469\$115	6,8
1895	5.999	214:500\$000	360:000\$	6,0	419:286\$625	6,7
1896	5.999	258:000\$000	360:000\$	6,0	407:891\$709	6,5
1897	5.999	301:200\$000	360:000\$	6,0	422:937\$146	6,7
1898	5.999	346:700\$000	360:000\$	6,0	417:724\$400	6,6
1899	5.999	391:700\$000	360:000\$	6,0	427:412\$250	6,7
1900	5.999	429:200\$000	270:000\$	4,5	324:089\$377	5,0
1901	5.999	456:800\$000	180:000\$	3,0	244:467\$110	3,8

Fonte: relatórios apresentados às assembléias. Capital: valores em contos de réis; demais valores em réis.

¹⁶ Na assembléia de 1894, por exemplo, um acionista chegou a questionar expressamente a diretoria a respeito de um deficit verificado na caixa filial de Corumbá (cf. Ata da assembléia de 29.5.1894), e no ano seguinte o conselho fiscal julgava mesmo necessário defender expressamente as concessões que faziam parte do ativo do banco, “concessões que hoje seriam dificilmente obtidas” e cujo eventual abandono “jamais teria justificação plausível” (in R-1895).

Tabela 4 – BRMT e dois bancos paulistas: rentabilidade média

Instituição	Período a que se referem os dados disponíveis	Médias anuais (%)	
		Dividendos	Lucros Líquidos
Banco Rio e Mato Grosso	1891-1901	5,7	6,4
Banco do Com. e Ind. de São Paulo	1894-1901	26,1	22,2
Banco de São Paulo	1895-1898	15,9	11,7

Fontes: para o BRMT, Tabela 3; para os demais, Saes, 1986:153-154.

Convém assinalar que, no essencial, a ação do banco não parece haver-se dado na esfera da concessão de crédito. De fato, sabe-se que, naquela época, as instituições bancárias “não tinham as mesmas conotações com que hoje as conhecemos”, pois “qualquer sociedade anônima podia se intitular banco, ou exercer atividades bancárias, desde que não emitisse moeda”, e, inversamente, “também os bancos comuns podiam se dedicar às mais amplas atividades econômicas” (Carvalho, 2004:153, 155). Assim, o BRMT parece haver-se constituído efetivamente em uma espécie de *holding*, empenhada em outras atividades além daquelas propriamente ligadas à intermediação financeira – tanto que seus próprios relatórios afirmam, reiteradamente, que as “operações industriais” constituíam a parte mais importante das atividades do estabelecimento.

Na verdade, a julgar pelos documentos, o banco viveu, no que concerne às operações comerciais na praça do Rio, em estado de constante “retração”, em decorrência das crises econômicas e políticas de âmbito nacional. As palavras de J. Murтинho, já em seu primeiro relatório, estabelecem o padrão que seria, quase invariavelmente, seguido nos relatórios posteriores: o “estado de contração do crédito e a atitude apreensiva” da praça, dizia Murтинho, aconselhava “a maior seleção e prudência nas transações”, e por isso a diretoria “retraiu as operações” (R-1892). É também constante o registro do descompasso entre as operações comerciais (desenvolvidas sobretudo no Rio) e as industriais (localizadas sobretudo em Mato Grosso). As primeiras, dizia por exemplo Murтинho em 1895, eram feitas “com a máxima prudência e mesmo com certo retraimento”; “em compensação, as operações industriais alargaram-se e tendem a desenvolver-se cada vez mais” (R-1895).

Na crise bancária de 1900, o BRMT parece haver-se colocado inicialmente em situação relativamente confortável: “nosso pequeno estabelecimento”, diz seu presidente, “achava-se preparado para honrar os seus compromissos, resistindo a qualquer corrida que, por ventura, pudesse aparecer”, e assim “conseguimos atravessar a crise fazendo sempre com pontualidade os nossos pagamentos” (R-1901). Mesmo assim, o banco havia sido “sensivelmente” afetado pelos efeitos da crise, tendo sido reduzido, pela primeira vez, o valor dos dividendos (R-1901). Já no ano seguinte, enfim, a situação do banco se teria tornado bem mais dramática, com o que se delineava o sombrio quadro que, logo em seguida, iria justificar a liquidação:

Pouco animadores para este estabelecimento foram os resultados obtidos durante o período próximo passado. Os perniciosos efeitos da crise bancária de 1900 [...] vieram modificar seriamente as boas condições de segurança e solvabilidade que acompanhavam em grande parte as nossas transações, ocasionando-nos com isso prejuízos verificados em não pequena monta (R-1902).

Em Mato Grosso, o banco realizou operações comerciais por meio de sua caixa filial em Corumbá (estabelecida em setembro de 1891, cf. R-1892) e da agência de Cuiabá – aliás dirigida, até 1899, pelo conhecido líder político mato-grossense Pedro Celestino Corrêa da Costa. Pelo que se deduz dos relatórios, foi crescente, ao longo dos anos, o volume dessas operações, embora elas não pareçam ter sido jamais significativas, no conjunto das atividades da instituição, em termos de produção de lucros.

Menciona-se regularmente a participação do banco no comércio exterior mato-grossense: “praças estrangeiras que têm negócios diretos com as de Mato Grosso”, diz-se em 1896, estavam “recorrendo ao Banco e por somas não pequenas, para realizar os respectivos embolsos e pagamentos” (R-1896). Mais para o fim do século, as transações em Mato Grosso aparecem como uma forma de compensar a queda nos negócios na praça do Rio de Janeiro: para aproveitar “as condições remunerativas e de segurança que oferecem geralmente quase todos os negócios em Mato Grosso”, a diretoria resolve mesmo ampliar os recursos postos à disposição da caixa filial (R-1899). Desde então o banco passaria a emitir por essa caixa “vales-ouro” para os pagamentos da tarifa em ouro sobre as mercadorias importadas (R-1899).

É interessante notar que, segundo os relatórios, Mato Grosso ficou imune à crise por que passou o país no fim do século. “Os efeitos da crise que sofremos”, dizia-se em 1901, “felizmente não se fizeram sentir por entre o comércio e indústria do Estado de Mato Grosso” (R-1901). Contudo, dada a pequena dimensão do mercado, as transações nesse estado (conquanto oferecessem, em comparação com o Rio, “mais sólidas garantias”) não produziam “lucros senão muito reduzidos” (R-1902).

O BRMT interessou-se também, em Mato Grosso, pelo ramo da exploração da borracha¹⁷ – interesse esse que aparece pela primeira vez, nos documentos do banco, em 1894, quando se informa que a diretoria havia iniciado “estudos” a respeito (R-1894). A julgar, contudo, pelo que dizem os relatórios, as relações do banco com esse ramo constituíram uma longa série de fracassos. Ao longo dos anos, os documentos denotam uma certa impaciência dos acionistas, à qual a diretoria, frequentemente auxiliada pelo conselho fiscal, responde com evasivas e palavras tranquilizadoras. Veja-se por exemplo o modo como J. Murinho se refere ao tema em 1895: “Os estudos sobre a organização de uma empresa para a extração da borracha continuam a ser feitos com toda a atenção pelo banco, e a morosidade aparente desses estudos é a condição essencial para que o banco entre nesse segundo empreendimento com a mesma segurança com que entrou no primeiro [a erva-mate]” (R-1895).

Pelo que se informa, o banco buscava seus seringais na região do rio Tapajós, para onde enviou, sem obter resultados concretos, duas expedições, uma em 1896 (cf. R-1897) e outra em 1898

¹⁷ Como se sabe, a porção norte de Mato Grosso, pertencente à Amazônia, possuía extensos seringais.

(cf. R-1899). E quando, entre 1900 e 1901, as perspectivas pareciam finalmente alvissareiras, elas foram, de acordo com o que dizem os relatórios, destruídas pela irrupção de violentos conflitos políticos:

a agitação política que arrebentou [em 1901] nas localidades que estão em correspondência com a zona seringueira, e exatamente na quadra da safra, veio transtornar as nossas previsões modificando grandemente a cifra nos lucros calculados. A causa desse transtorno foi devida em grande parte à falta de pessoal desviado do trabalho e a outros não pequenos prejuízos que a perturbação da ordem pública ocasiona (R-1902).

Desse modo, o banco entrou em liquidação sem haver chegado a beneficiar-se da exploração seringueira (cf. R-1903).

Muito maior êxito obteve o banco, como foi dito, no ramo ervateiro. A exploração dos ervais do SMT teve início após a abertura da navegação brasileira pelo rio Paraguai, que representava uma fácil via de acesso ao principal mercado consumidor da erva-mate, isto é, a Argentina (v. **Figura 1**, ao final do texto). Desde o início, essa atividade caracterizou-se por uma estreita vinculação entre as esferas pública e privada (Arruda, 1997). Como os ervais situavam-se em terras devolutas, o interessado dependia de autorização governamental para explorá-los – o que era feito por meio de arrendamento por prazo determinado. Após o final da guerra com o Paraguai, começou a destacar-se nesse cenário um empresário chamado Tomás Laranjeira, quem, graças a suas relações de amizade com os dirigentes provinciais, já em fins de 1882 recebeu do governo imperial sua primeira concessão. Laranjeira era amigo também, coincidentemente, do primeiro governador nomeado para Mato Grosso após a instauração da República (o general Antônio Maria Coelho), e por esse meio obteve do governo federal provisório, já em junho de 1890, direitos exclusivos sobre a exploração de uma vastíssima área, que abrangia quase toda a região ervateira do estado (Decreto nº 520, de 23.6.1890).

Em julho do ano seguinte, Laranjeira obteve também, do mesmo governo provisório, autorização para organizar, sob a denominação de *Companhia Mate Laranjeira* (CML), uma sociedade anônima que teria como principal finalidade explorar a concessão acima referida (cf. Decreto nº 436C, de 4.7.1891). Essa companhia foi efetivamente constituída em setembro de 1891 – não, contudo, por meio de uma assembléia mas sim de uma escritura pública, segundo a qual, das 15.000 ações em que se distribuía o capital da empresa, de 3 mil contos de réis, nada menos que 14.540 foram subscritas pelo Banco Rio e Mato Grosso (cf. Arquivo Nacional – Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, livro 62, reg. 1565).

Dentre as diferentes versões apresentadas pela historiografia para explicar o processo pelo qual “os Murtinho” se tornam proprietários das concessões de Laranjeira, a mais difundida sugere que este último foi praticamente constrangido pelos primeiros a ceder-lhes seus direitos (cf. Arruda, 1997). Sabe-se de fato que a transição da monarquia para a república, em Mato Grosso (como no restante do Brasil), foi marcada por intensos conflitos políticos, inclusive armados. Inicialmente, todos os grupos

políticos do novo estado apoiaram a República e seu primeiro governador. Logo em seguida, entretanto, os grupos se dividiram, passando à oposição a facção que incluía os Murtinho¹⁸ e importantes lideranças como Generoso Ponce e os irmãos Antônio Corrêa da Costa e Pedro Celestino Corrêa da Costa. Graças a suas fortes conexões no governo provisório da República, esse grupo conseguiu, ainda em fins de 1890, a demissão de Antônio Maria Coelho, abrindo caminho para que a assembléia constituinte elegeesse, como primeiro governador constitucional, o próprio Manuel Murtinho (empossado em 16.8.1891).

Visto que as concessões dependiam das disposições governamentais, faz sentido imaginar que Laranjeira teria efetivamente ficado enfraquecido após a queda de seu amigo governador, e desse modo pode-se supor que já a autorização para a formação da CML, em julho de 1891, fazia parte dos entendimentos com o banco. Seja como for, os relatórios do BRMT consignam invariavelmente, a cada ano, os bons resultados financeiros da empresa e os benefícios que daí resultavam para os acionistas do banco. Notícias desfavoráveis, e mesmo assim apenas em parte, aparecem apenas no final do período aqui considerado: em 1900, em função da alta do câmbio (que havia “diminuído sensivelmente” os lucros da empresa, cf. R-1901), e no ano seguinte, quando as vendas haviam “diminuído um pouco por causa das más condições da praça de Buenos Aires” (R-1902). Mesmo nessas circunstâncias, contudo, os dois relatórios asseguravam que a empresa se mantinha “em condições de inteira estabilidade”.

O “Porto Murtinho” e o amplo plano do BRMT no antigo sul de Mato Grosso

Referindo-se à atuação empresarial de Joaquim Murtinho, nessa época, seu biógrafo diz que, ao invés de simplesmente aventurar-se, “por atração ao ganho, em transações bolsistas”, ele “cuidaria de drenar boa porção dos recursos disponíveis de momento, gerados pela inflação, em benefício de sua terra natal” (Corrêa Filho, 1951:49). Faria, por outro lado, prefere qualificar a ação dos Murtinho como “megaespeculação” (1993:213), voltada a “monopolizar as concessões públicas e as oportunidades lucrativas da economia” mato-grossense (ibid.:217). Entre tais extremos, penso que a ação do BRMT em Mato Grosso correspondeu, efetivamente, a um amplo plano, centrado no estabelecimento de um novo porto no médio Paraguai.

O banco possuía uma concessão para a fundação de núcleos coloniais, objeto do já referido contrato de 26.12.1890. Além disso, o contrato da CML exigia que a empresa, que efetuava suas operações comerciais pelo porto paraguaio de Concepción, passasse a efetuá-las por um porto situado em território mato-grossense (Corrêa Filho, 1925:20). Desse modo, Joaquim Murtinho e seus colaboradores (dentre os quais se destacou o já mencionado Antônio Corrêa da Costa¹⁹) deliberaram estabelecer no rio Paraguai um porto que, além de servir à exportação da erva e à montagem dos

¹⁸ No caso, sobretudo os irmãos Manuel, que residia na época em Mato Grosso, e Joaquim, estabelecido no Rio.

¹⁹ Nomeado, em dezembro de 1891, “superintendente industrial” do banco em Mato Grosso (R-1893).

núcleos coloniais, pudesse tornar-se o entreposto do comércio de todo o extremo sul do estado (cf. ofício do superintendente industrial do banco à presidência de Mato Grosso em 13.11. 1894, in R-1895).

Não se pode, por certo, descartar a hipótese de que esse plano incluísse uma boa dose de simples retórica. Contudo, penso ser inegável que, na época e condições em que foi formulado, esse era um projeto bastante plausível. O extremo sul de Mato Grosso se constituía, especialmente após o final da guerra com o Paraguai, em uma típica frente de expansão, recebendo migrantes provenientes de outras províncias/estados (Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul) e da República do Paraguai – migrantes esses que, além de se empregarem na extração ervateira, dedicavam-se à pecuária bovina. Para esses novos habitantes, o rio Paraguai constituía uma óbvia via de comércio. Até então, contudo, o único porto brasileiro nesse rio, habilitado para o comércio de importação e exportação, era o de Corumbá, situado em posição excêntrica e a enorme distância das referidas zonas pastoris e ervateiras – de modo que os habitantes dessa região realizavam suas transações, em grande parte sob a forma de contrabando, com o referido porto de Concepción.

Desse modo, a argumentação em favor de um novo porto era verdadeiramente irrefutável: ele favoreceria a exportação de erva-mate, o povoamento, o abastecimento e o comércio em geral dos habitantes do sul e, ao atrair a corrente comercial dirigida a Concepción, ampliaria as rendas da União e do estado. Para o banco, os benefícios viriam sobretudo sob a forma da valorização de suas terras, isto é, tanto as dos núcleos coloniais como outras por ele adquiridas no mesmo local²⁰. Desse modo, pode-se talvez dizer que a ação do BRMT correspondeu a uma primeira tentativa de implantar, nessa região, uma autêntica “frente pioneira” (cf. Martins, 1971).

Penso portanto que a investigação do desenrolar desse projeto, e sobretudo das razões de seu relativo fracasso, constitui um relevante objeto de estudo. Assim, como contribuição a esse estudo, procurarei em seguida delinear rapidamente o processo.

Uma vez que, nas margens do Paraguai, “os terrenos devolutos são todos alagadiços na estação das águas, e os portos de embarque e desembarque são ali raros”, o banco começou por adquirir o único local considerado adequado para a fundação do porto: uma fazenda chamada Três Barras, com 4.356 ha e cerca de 6 mil cabeças de gado bovino, que o banco comprou em julho de 1892 (R-1893)²¹. Para efeito da “cessão gratuita” prevista no contrato referente aos núcleos coloniais, o banco escolheu terras contíguas à fazenda. Do porto para o interior, em direção aos ervais, a CML cuidou de abrir uma estrada, a qual constituiria um importante elemento de integração dos planos: além de oferecer uma

²⁰ Note-se que não há, nos documentos, qualquer menção a um eventual interesse, por parte do próprio banco, em explorar o comércio no futuro entreposto em que devia transformar-se seu porto (o que, evidentemente, não quer dizer que tal interesse fosse inexistente).

²¹ Vale notar que o banco deu prosseguimento à atividade de criação de gado bovino nessa fazenda. Segundo o último dado informado, o rebanho atingira, em fins de 1898, número superior a 16 mil cabeças (R-1899).

“saída franca” para os futuros produtos dos núcleos coloniais (R-1893), ela valorizaria as terras próprias do banco e constituiria o primeiro passo na transformação do porto no grande entreposto acima referido.

Foi logo demarcada a área do primeiro núcleo colonial, com 50 mil ha, de modo que já em 1893 a instituição estava de posse do respectivo título de propriedade (R-1894). O porto da antiga fazenda Três Barras passou a ser denominado, pelo banco, “Porto Murtinho”, e ali já estavam “prontas e funcionando”, em 1894, “todas as construções e obras” destinadas à CML, isto é, as instalações do porto, depósito, “ponte para trapiche”, guindastes etc. (R-1895).

Ao mesmo tempo, o banco tomava providências relativas à habilitação legal de seu porto, visto que todo o projeto dependia da existência, ali, de uma “mesa de rendas alfandegada” (R-1895). Pelo que se informa, ainda em 1894 o Ministério da Fazenda criou “a mesa de rendas do Apa no lugar denominado Porto Murtinho”, ficando sua instalação dependente apenas da abertura, pelo Congresso Nacional, do “necessário crédito” (cf. despachos do Ministério da Fazenda, de 21.9 e 8.11.1894, in R-1895). O banco parecia tão ansioso pela instalação da mesa que, como meio de “abreviar” o processo, conforme explica J. Murtinho, deliberou construir um “edifício apropriado” à repartição e “oferecê-lo gratuitamente” ao governo federal (R-1895). Tal edifício, construído de alvenaria de tijolos e medindo 18 x 12 m, foi dado como concluído ainda em 1894 (R-1895).

A instalação de tal mesa foi, contudo, um processo demorado, efetivado apenas em maio de 1898 (cf. R-1899). No curso desse processo aparecem os primeiros sinais de mudança nos planos. A ausência da mesa dificultava, segundo os relatórios, o cumprimento do prazo que tinha o banco para fundar o primeiro núcleo: 5 anos, a contar de dezembro de 1892 (R-1896)²². Em face disso, o banco tratou de libertar-se da imposição desse prazo. Usando como argumento, além da falta da mesa de rendas, também “o fato de ter cessado a imigração promovida pela União, com a qual contávamos para o povoamento do nosso primeiro núcleo” (R-1898), o banco obteve do governo federal a novação de seu contrato. Pelas novas estipulações, assinadas em maio de 1898, o banco ficava dispensado da obrigação de colonizar a gleba de 50 mil ha já demarcada; ao mesmo tempo renunciava ao direito às outras nove glebas e a “todos os outros favores” originalmente previstos; contudo, “como uma equitativa compensação dos gastos” já feitos com o “beneficiamento” daquela primeira gleba, o banco adquiria plena e incondicional propriedade sobre ela (R-1898).

A despeito de tal mudança, o banco mantinha, pelo que consta, o projeto de fundar ali (agora por sua exclusiva conta) não apenas um núcleo colonial mas também uma nova cidade – que serviria, aliás, de sede do núcleo. Segundo dizia F. Murtinho, “anunciamos o aforamento dos lotes de terrenos

²² J. Murtinho descreve, a tal respeito, uma situação que parece verdadeiramente surreal: era necessário que todo o material importado para as obras fosse “primeiro a Corumbá sujeitar-se às devidas formalidades fiscais, tendo depois de voltar a Porto Murtinho”, com enorme acréscimo de tempo e despesas (R-1895).

da cidade que temos projetada. O sucesso foi prometedor, pois já estão aforados muitos dos referidos lotes e a procura continua com certa animação” (R-1899). Mantinha-se, igualmente, o projeto de converter o Porto Murtinho em um polo comercial, conforme voltava a expor o presidente do banco, Francisco Murtinho, no ensejo da efetiva instalação da mesa de rendas:

Em primeiro lugar, a gerência norte da Companhia Mate Laranjeira, que, por falta da Mesa de Rendas, tem demorado a sua mudança definitiva para aquele porto, naturalmente agora a fará, levando consigo importantes fatores de prosperidade para essa localidade. Em segundo lugar, os ricos municípios do sul de Mato Grosso até hoje tributários forçados da República do Paraguai, [...] aproveitando a estrada aberta pela Companhia Mate Laranjeira, mudarão também para ali, seguindo o seu curso natural, toda a sua corrente comercial [...]. Com os poderosos elementos provenientes dessas duas mudanças, rapidamente se irá povoando o território adquirido pelo Banco e conseqüentemente aumentando o seu valor (R-1898).

Em todo esse processo, um ponto de especial interesse, para futuras investigações, parece ser a grande demora na instalação da mesa de rendas de Porto Murtinho – demora que, aliás, os relatórios criticam mas não explicam. Parece, certamente, muito plausível supor que essa medida enfrentasse forte resistência dos comerciantes já estabelecidos em Corumbá, ameaçados de perder o virtual monopólio do comércio lícito com o extremo sul do estado. Por outro lado, mediante um raciocínio um tanto tortuoso pode-se dizer que tal demora talvez não tenha sido inteiramente prejudicial ao banco, já que lhe serviu de motivo para eximir-se de uma tarefa que não devia ser muito fácil, isto é, recrutar e assentar colonos no projetado núcleo²³.

Seja como for, os documentos do banco expressam, nos anos finais do século, preocupações com a lucratividade de seus investimentos em Porto Murtinho, havendo indicações de que, até então, os gastos ainda superavam os lucros. Desse modo, a grande preocupação do banco parecia residir em valorizar suas terras. Em 1896, esperava-se que o povoamento viria a “tornar produtiva [a] elevada soma já empregada” nos terrenos do banco (R-1896). Do mesmo modo, no ano seguinte se dizia que, uma vez instalada a mesa de rendas, o banco procederia ao aforamento de seus terrenos, do que decorreriam “edificações sucessivas e a desejada valorização desses mesmos terrenos” (R-1897). Enfim, ainda em 1900, o banco confiava na “valorização que vão tendo os terrenos daquele porto”, bem como no “aumento progressivo da fazenda de criação ali existente”, para conseguir, “em breve tempo, o capital necessário para compensar largamente tudo quanto tem despendido naquela localidade” (R-1900).

Enfim, nos anos finais da existência do banco, se as circunstâncias mostram claramente o fracasso do projeto do novo polo comercial, elas parecem mostrar também o empenho do banco em ir às últimas conseqüências para tentar evitar esse fracasso. De fato, logo a diretoria constatava que,

²³ Além disso, cabe notar que a CML, a rigor, não devia estar sendo prejudicada com a demora, visto que, na ausência da mesa, ela continuava a realizar suas operações por meio de Concepción (cf. R-1899). No entanto, a crer-se nos prognósticos iniciais, o abandono do contrato de 26.12.1890 devia representar para o banco uma considerável perda: “só em subvenções diretas a receber do governo federal e no lucro mínimo a apurar pela venda de terras”, tal concessão, pelo que se dizia em 1891, “representava o algarismo de 10.000:000\$” (Ata da assembléia de constituição, 29.1.1891).

mesmo com a mesa de rendas, não seria tão fácil atrair o comércio para seu porto: a “corrente comercial emanada dos riquíssimos municípios do sul de Mato Grosso [...] infelizmente continua, senão completamente, ao menos em grande parte a ser desviada para a vila Concepción” (R-1901; o mesmo em R-1902). Desse modo, depositavam-se as esperanças em uma tentativa de impedir, por meio da repressão legal, a continuação do comércio ilícito com a República do Paraguai: um convênio, assinado entre a União e o estado (cf. R. 1902), pelo qual se criou efetivamente uma “guarda aduaneira”²⁴.

O BRMT, a economia e a política do antigo Mato Grosso

Referindo-se ao BRMT (e mais especificamente ao seu contrato de fundação de núcleos coloniais), escreveu Nícia V. Luz: “Como a maioria das empresas constituídas durante a euforia do Encilhamento, o empreendimento não se concretizou” (1980:27). Desse modo, a autora indiretamente vincula o fracasso do banco a uma espécie de defeito genético. O próprio Corrêa Filho avalia que o banco estava “fadado a soçobrar” – supostamente pelo mesmo motivo apontado por Luz (1951:50). Na verdade, contudo, uma “reflexão menos apaixonada e mais científica” sobre o Encilhamento, como observou Levy, revela que ele “continha elementos positivos” e “acelerou o processo de formação de capital” (Stein, apud Levy, 1994:141-142); as empresas criadas na época, portanto, não foram necessariamente simples “bolhas de sabão” (Levy, 1994:146).

Desse modo, penso estar mais correta outra avaliação de Corrêa Filho, segundo a qual o banco foi “fecundo em consequências econômicas” (1951:50). De fato, parece não haver dúvidas de que a criação do banco permitiu que capitais fossem reunidos e em seguida aplicados, em boa parte, em atividades produtivas, sobretudo em Mato Grosso. Foi, efetivamente, com os capitais aportados pelo banco que a Companhia Mate Laranjeira pôde expandir sua infraestrutura e sua produção e, em seguida, seus lucros. Capitais foram efetivamente imobilizados em Porto Murtinho, na construção de uma infraestrutura que foi amplamente utilizada pela CML e pouco depois (1911) deu origem a um novo município. As rendas provenientes da economia ervateira, enfim, chegaram a ser muito significativas no conjunto da receita do estado, embora fossem relativamente muito baixos os valores cobrados da CML sobre o arrendamento dos ervais e a exportação do produto. Em outras palavras, parece possível concluir que o banco contribuiu para o crescimento econômico regional, por meio sobretudo da expansão das atividades exportadoras.

O que é necessário, evidentemente, é discutir os conteúdos concretos desse tipo de “desenvolvimento”. A esse respeito, parecem-me especialmente valiosas as conclusões a que chegou Zephyr Frank, em sua extensa e detalhada pesquisa sobre as transformações ocorridas em Mato Grosso

²⁴ Essa guarda, contudo, não durou senão alguns meses, tendo sido desativada após um ataque armado comandado por grupos interessados no comércio com Concepción. As referências a esse conflito, aliás (numa demonstração do predomínio da memória da CML), costumam associar a guarda apenas a supostos interesses dessa empresa (cf. Arruda, 1997:40-42).

nesse período. Frank concluiu de fato que o desenvolvimento das atividades exportadoras proporcionou uma elevação da renda per capita mato-grossense a níveis bem acima da média brasileira – mas, ao mesmo tempo, acentuou as desigualdades: “export-led growth contributes to higher levels of economic inequality” (Frank, 1999:304-305). Tal conclusão parece aplicar-se especialmente ao caso da economia ervateira. De fato, pode-se supor que, sem os capitais reunidos pelo banco, não teria sido possível que uma única empresa lograsse explorar, com eficiência, a vasta concessão obtida por Laranjeira. Desse modo, portanto, talvez a economia ervateira sul-mato-grossense pudesse ter-se encaminhado para um padrão semelhante ao que era então adotado nos estados do sul do país, onde a exploração era realizada por um grande número de pequenos proprietários.

Mas as palavras de Luz e Corrêa Filho, acima citadas, conduzem-nos ainda a outra ordem de considerações. Se, como foi dito, não se pode simplesmente deduzir o “fracasso” do banco a partir de sua gênese, torna-se necessário encontrar para sua liquidação uma explicação mais concreta. Para iniciar essa discussão, é preciso lembrar que, durante o período de existência do banco, ocorreu uma grave cisão entre os integrantes do grupo político que, desde 1891, estava no poder em Mato Grosso, isto é, o grupo que incluía os Murtinho, Generoso Ponce e os Corrêa da Costa. Ainda em 1898, Manuel Murtinho se negou a apoiar o candidato escolhido por Ponce para a presidência do estado. Ponce, contudo, insistiu em seu candidato e levou-o à vitória, em março de 1899. Nos termos da “política dos governadores”, arquitetada pelo então presidente Campos Salles, deveria ter prevalecido o eleito de Ponce – já que este último detinha o controle da maior parte do Partido Republicano em Mato Grosso. Entretanto, Campos Salles preferiu, neste caso, prestigiar seu ministro da Fazenda. Desse modo, as tropas federais em Mato Grosso permaneceram impassíveis enquanto, por meio de violenta pressão armada, os aliados reunidos por Manuel Murtinho forçaram a assembléia legislativa a convocar novas eleições – nas quais, como seria de esperar, foi “eleito” o candidato de Murtinho. Reagindo finalmente, por sua vez, às continuadas perseguições e violências praticadas pelos novos donos do poder, os poncistas desfecharam em 1901 uma revolta armada – a qual foi, contudo, violentamente sufocada pelas forças governamentais, formadas majoritariamente por tropas irregulares arregimentadas pelos “coronéis” situacionistas (cf. Corrêa Filho, 1933; Corrêa, 1995).

Como resultado desse processo, o estado, que havia conseguido liquidar toda a sua dívida e vinha registrando sucessivos e crescentes saldos orçamentários, viu suas finanças entrarem em rápido colapso: para sustentar a repressão à revolta poncista, o governo recorreu a empréstimos e ao lançamento de apólices, de tal modo que, em 1902, a dívida ascendia já a cerca de 2,6 mil contos de réis – enquanto a receita caía de 3,8 mil contos no mesmo ano a 1,6 mil em 1904 (cf. Mensagem²⁵ do presidente do estado em 10.1.1903; Corrêa, 1995:89). O mesmo processo igualmente repercutiu sobre

²⁵ As mensagens presidenciais aqui referidas podem ser consultadas em www.crl.edu/content/brazil/mato.htm.

o BRMT. Em primeiro lugar, a ruptura política privou o banco de dois importantes colaboradores em Mato Grosso, os quais preferiram permanecer leais ao derrotado Ponce: Antônio e Pedro Celestino Corrêa da Costa²⁶. Além disso, os conflitos armados ocorridos em 1901 atingiram, com particular violência, o município de Diamantino, onde se situavam as bases de operação de muitas empresas de exploração da borracha, entre as quais aquela criada pelo banco.

Na historiografia mato-grossense/sul-mato-grossense encontra-se difusamente presente a idéia de que a referida ruptura política teve um fundo econômico, isto é, a necessidade, por parte “dos Murtinhos”, de proteger as concessões da Companhia Mate Laranjeira – para o que era sempre necessário “ter gente na política e em posições de mando” (Menezes, 2007:93-94). Não se menciona, contudo, qualquer indicação concreta a esse respeito. Na verdade, até onde se sabe, nada indica que, antes da ruptura de 1899, os interesses econômicos “dos Murtinho” estivessem sob ameaça. Ao contrário – e aqui se patenteia a importância de estudos mais detidos sobre o BRMT – o que se percebe é que estavam juntos e felizes, no poder e no banco, pelo menos os Murtinho e os Corrêa da Costa.

A historiografia não costuma realçar essa presença dos Corrêa da Costa no BRMT, o que pode ser interpretado como um sinal da dificuldade dessa historiografia (especialmente a “tradicional”, que mais se ocupou de temas da história política) em admitir que, como mostrou Frank, as disputas políticas internas tiveram um grande peso negativo na trajetória econômica de Mato Grosso. Frank, de fato, tendo como principal objetivo compreender as razões do “subdesenvolvimento” de Mato Grosso, buscou uma “parcial solução” para o impasse criado a esse respeito por diferentes e contraditórias linhas de interpretação: as diversas versões da teoria da dependência, por um lado, e as tradições neoclássicas, por outro (Frank, 1999:284-285), tendo chegado às seguintes conclusões:

the most frequently adduced factors in frontier underdevelopment – imperialism, dependency, and a failed transition to capitalism – while important, were not primary causes for Mato Grosso’s failure to develop economically [...]. The roots of underdevelopment in Mato Grosso were, instead, geographical, cultural, administrative, and political – that is, endogenous factors (ibid.:435).

Assim, o que é preciso explicar, a meu ver, não é a necessidade “da Companhia” de ter amigos poderosos (isso é evidente) mas sim o contrário, isto é: por que “a Companhia” (na verdade, o banco) perdeu em 1899 parte desses amigos, que estavam com ela desde o começo. O fato de os Corrêa da Costa só se terem afastado do BRMT após o agravamento do confronto entre Ponce e M. Murtinho, em 1899, parece portanto sugerir a hipótese de que a gênese dessa ruptura não é econômica mas essencialmente política.

De fato, a julgar pela unânime avaliação da historiografia, M. Murtinho não se considerava “abaixo” de Ponce, e certamente viu, na ascensão do irmão Joaquim ao ministério de Campos Salles, a

²⁶ Para se avaliar o peso político desses colaboradores, basta lembrar que ambos chegaram à presidência do estado: Antonio ainda na década de 1890 e Pedro Celestino em duas oportunidades, nas décadas iniciais do século XX.

oportunidade de disputar a primazia do mando em Mato Grosso. As atitudes de Ponce, por sua vez, facilitaram e contribuíram para o desenrolar da disputa: inebriado com o próprio prestígio, Ponce começara a abusar de sua liderança, numa atitude fortemente personalista (Corrêa Filho, 1933:46-47; Menezes, 2007:54). O que se desenha aí, portanto, parece ser em grande parte uma disputa de egos, um confronto entre o extremo personalismo de Generoso Ponce e a fria ambição de Manuel Murtinho²⁷.

A liquidação do BRMT

Feitas estas considerações, pode-se agora voltar ao tema da liquidação do BRMT. A esse respeito, a historiografia veicula uma versão segundo a qual a liquidação do BRMT teria sido um processo “fraudulento” (v., p. ex., Corrêa Filho, 1925:41-42; Faria, 1993:225-229). Tal versão – formulada e difundida, ainda em 1902, pelo próprio Antônio Corrêa da Costa, ex-superintendente industrial do banco em Mato Grosso, e por Generoso Ponce, então senador – sustenta que as ações do banco haviam sido deliberadamente conduzidas à desvalorização por meio de manobras das diretorias da CML e do banco (ambas presididas por Francisco Murtinho):

em oito anos, isto é, de 1892 a 1899, [a CML] conseguiu o fabuloso lucro de 14 mil contos com uma despesa apenas de cinco mil, incorporando ao seu acervo a quantia de nove mil contos que devia estar em poder do Banco, que é o legítimo dono, mas que tem sido subrepticamente escriturada nos balanços da Companhia sob a rubrica de *contas de câmbio, lucros suspensos* etc. para não se dividir aos acionistas. Assim é que existindo esses lucros realizados e acumulados de ano para ano, nunca se aumentou o dividendo do Banco que, pelo contrário, foi até diminuído para não se valorizarem as suas ações.²⁸

Penso, contudo, que essa explicação não pode ser simplesmente acolhida sem maior exame e discussão, pois foi produzida, num contexto de violenta luta política, por figuras absolutamente não-isentas. De fato, A. C. da Costa podia ter sido, até 1899, um importante funcionário do BRMT; já em 1902, contudo, ele era um feroz adversário do grupo em que haviam ficado os Murtinho. Seu próprio grupo havia sofrido inúmeras violências, tanto antes como depois da tentativa de revolta em 1901 – todas sustentadas, direta ou indiretamente, pelos mesmos Murtinho²⁹. E nessa época, aliás, a guerra de versões era tão acentuada que o presidente do estado, aliado aos Murtinho, chegou a utilizar várias páginas de seu próprio relatório à Assembléia para defender-se de acusações formuladas pelos adversários (cf. Mensagem do presidente do estado, 3.2.1902, p. 11-15). Além disso, penso que

²⁷ Abusando, talvez, da imaginação, arrisco-me mesmo a sugerir que os demais personagens importantes desse processo foram levados a assumir certas posições contra a sua própria vontade. Em outras palavras, a espiral de violência desencadeada em 1899 por Manuel Murtinho, ao estreitar até o limite o espaço de atuação política, arrastou para campos opostos, pela força das respectivas lealdades, personagens que nenhum outro motivo teriam para desentender-se – como, de um lado, os Corrêa da Costa e, de outro, o próprio J. Murtinho.

²⁸ A autoria deste texto, publicado no jornal *A Reação* em 30.7.1902, é atribuída por Corrêa Filho a Antônio Corrêa da Costa (1925:24, nota 21).

²⁹ Note-se por exemplo que o referido jornal *A Reação*, órgão do Partido Republicano de Mato Grosso, devido à “falta de garantias” no estado, era publicado em Assunção (Paraguai) – onde aliás temporariamente residiram, pelo mesmo motivo, Generoso Ponce e Antônio Corrêa da Costa.

devemos sempre colocar sob suspeição toda explicação, em História, que envolva raciocínios de tipo “conspiratório”. Como já foi visto neste trabalho, não parece possível dizer que “os Murtinho” detinham total controle do BRMT – de modo que, para além do aspecto em si nebuloso das supostas manobras de diretoria, parece duvidoso que tais manobras fossem capazes de iludir tão facilmente experimentadas figuras do meio financeiro do Rio de Janeiro.

Assim, caso se rejeite ou pelo menos suspenda a idéia de uma conspiração, pode-se dizer que os dados do último relatório da diretoria – somados, ademais, ao já referido histórico de baixa rentabilidade do banco – eram efetivamente desanimadores: 1) depois de anos de espera pela mesa de rendas de Porto Murtinho, descobre-se que ela não atrairia tão “naturalmente” as correntes de comércio, e seu êxito ficava na dependência de uma “fiscalização” que não poderia ser senão inócua, como podia concluir qualquer pessoa que tivesse uma mínima noção da enorme porosidade das fronteiras secas do extremo sul do estado; 2) depois de anos de espera pelos lucros da borracha, fatores “extraordinários” desmanchavam, de um golpe, toda a estrutura montada; 3) a própria CML, embora em boa situação, lucrava menos, devido sobretudo à alta cambial, enquanto no Rio a situação da praça, que nunca fora boa, ficava pior.

Vistas as coisas por esse ângulo, talvez não se possa considerar despropositada a decisão dos acionistas – que, em face do sombrio relatório de 1902, aprovaram a realização de um estudo “sobre a conveniência ou não de entrar o Banco em liquidação amigável” (Ata da assembléia geral ordinária, 31.5.1902). As análises então realizadas parecem mostrar duas coisas: as elevadas expectativas com os lucros da borracha e o temor da instabilidade política em Mato Grosso. De fato, o resultado do estudo acima referido, apresentado em assembléia em julho de 1902, dizia expressamente que, para “compensar” as “reduções conhecidas e prováveis no ativo comercial”, decorrentes da crise bancária, contava-se “com os recursos extraordinários que deviam produzir os novos empreendimentos industriais, montados em grande escala no Estado de Mato Grosso” – o que, porém, fora frustrado pela “revolução” ocorrida nesse estado. Enfatizando, assim, tanto as “condições desfavoráveis” da praça do Rio como a “situação de luta intensa em que se acham atualmente os partidos políticos em Mato Grosso”, os autores concluem, dirigindo-se aos acionistas, que seria “duvidoso prosseguir nas operações do banco sem arriscar totalmente a sorte do vosso capital”. A liquidação amigável era, portanto, a solução recomendada, uma vez que o banco achava-se “em situação de pagar integralmente aos seus credores” (Ata da assembléia geral extraordinária em 10.7.1902).

Conclusão

Mesmo que o presente estudo não tenha logrado ir muito além da pesquisa empírica, penso que ele contribui minimamente para a discussão de um aspecto cuja importância é, aliás, destacada por Marichal (2002:58): as relações entre os bancos e o crescimento econômico regional. Ao que tudo

indica, a ação do BRMT em Mato Grosso correspondeu a um amplo plano – que, embora incluindo e integrando a exploração ervateira, ia além dela. Embora apenas parcialmente exitosa, essa ação contribuiu para o crescimento econômico regional. No entanto, na medida em que se resumiu, ao fim e ao cabo, à esfera das atividades primário-exportadoras, esse crescimento foi caracteristicamente excludente: implicou em maior desigualdade, gerou novos latifúndios, propiciou acumulação de capital fora da região etc. A trajetória do banco mostra também, por outro lado, o quanto as atividades econômicas, em Mato Grosso, podiam ser afetadas pelas disputas internas pelo poder – as quais, conforme indiquei, podem ter sido determinantes na própria decisão acerca da liquidação do estabelecimento. De fato, o banco não parecia estar necessariamente “fadado a soçobrar”, nem em função da crise bancária de 1900 nem, muito menos, por haver sido um produto do Encilhamento. Desse modo, desde que se admita que, embora estivessem no comando do banco, os Murtinho não eram, efetivamente, seus “donos”, parece lícito concluir que os demais controladores, em face de uma violenta ruptura do equilíbrio de poder em Mato Grosso, parecem haver-se assustado, considerando mais prudente afastar-se dos negócios enquanto ainda podiam salvar seus investimentos.

Referências

- ALVES, G. L., “Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro”. *Boletim Paulista de Geografia*, S. Paulo, n. 61, p. 5-81, 1984.
- ARRUDA, Gilmar, *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Larangeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- BANCO Rio e Matto-Grosso. *A Reacção*, Assunção [Paraguay], 30 jul. 1902.
- BORGES, Fernando T. de Miranda, *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870 a 1930*. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2001.
- CARVALHO, Ney, *O Encilhamento: anatomia de uma bolha brasileira*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Bolsas, 2004.
- CORRÊA FILHO, Virgílio, *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925.
- CORRÊA FILHO, Virgílio, “A República em Matto Grosso”. *Revista do Instituto Histórico de Matto Grosso*, Cuiabá, ano 15, t. 29-30, p. 3-81, 1933.
- CORRÊA FILHO, Virgílio, *Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.
- CORRÊA, Lúcia S., *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso, 1870-1920*. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.
- CORRÊA, Valmir B., *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. C. Grande: Ed. UFMS, 1995. 189 p.
- Escritura de constituição da sociedade anônima “Companhia Matte Laranjeira” [5.9.1891] – Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do RJ, livro 62, registro 1565.
- FARIA, Fernando A., *Os vícios da Re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Notrya, 1993.
- FRANK, Zephyr, “The Brazilian far west: frontier development in Mato Grosso, 1870-1937”. Tese (Ph.D. em História) – University of Illinois at Urbana-Champaign, 1999.
- HOBSBAWM, E., *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ITO, Claudemira A., *Corumbá: o espaço da cidade através do tempo*. C. Grande: Ed. UFMS, 2000.
- LEVY, Maria B., *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.
- LEVY, Maria Bárbara, *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

- LUZ, Nícia V., “Joaquim Murтинho e o darwinismo econômico”, in IDÉIAS econômicas de Joaquim Murтинho. Brasília: Senado Federal, 1980.
- MARICHAL, Carlos, “Historiografia de la banca latinoamericana: su despegue, 1970-1993”, in SZMRECSÁNYI, T. e MARANHÃO, R. (orgs.), *História de empresas e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MARTINS, José de Souza, “Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica”. *Estudos Históricos*, Marília, n. 10, p. 33-41, 1971.
- MENEZES, Alfredo M., *A morte de Totó Paes: política no interior do Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.
- SAES, Flávio A. M. de, *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista: 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SAES, Flávio A. M. de, “A moeda, o crédito e o financiamento da produção”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 77-90, jan./abr. 2001.
- SOUZA, João Carlos de, *Sertião cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

Documentos do Banco Rio e Mato Grosso:

- Ata da assembléia de constituição [29.1.1891]. *Diário Oficial da União*, RJ, 20 mar. 1891, p. 1187-1190.
- Ata da assembléia extraordinária de 14.1.1892 – Arq. Nacional, Fundo Junta Comercial do RJ, livro 65, registro 1701.
- Ata da assembléia geral ordinária em 29.5.1894. *Jornal do Commercio*, RJ, 27 jun. 1894, p. 6.
- Ata da assembléia geral ordinária em 31.5.1902. *Jornal do Commercio*, RJ, 14 jun. 1902, p. 5.
- Ata da assembléia geral extraordinária em 10.7.1902. *Diário Oficial da União*, RJ, 23 jul. 1902, p. 3157-3158.
- Lista de subscritores das ações [jan. 1891] – Arq. Nacional, Fundo Junta Comercial do RJ, livro 54, registro 1333.
- Relatório [...] à 1ª assembléia geral [...] 24 de maio de 1892. *Jornal do Commercio*, RJ, 22 maio 1892, p. 8.
- Relatório [...] à 2ª assembléia geral [...] 24 de maio de 1893. *Jornal do Commercio*, RJ, 21 maio 1893, p. 6.
- Relatório [...] à 3ª assembléia geral [...] 29 de maio de 1894. *Jornal do Commercio*, RJ, 27 maio 1894, p. 5.
- Relatório [...] à 4ª assembléia geral [...] 28 de maio de 1895. *Jornal do Commercio*, RJ, 26 maio 1895, p. 4.
- Relatório [...] à 5ª assembléia geral [...] 28 de maio de 1896. *Jornal do Commercio*, RJ, 26 maio 1896, p. 8.
- Relatório [...] à 6ª assembléia geral [...] 5 de maio de 1897. *Jornal do Commercio*, RJ, 2 maio 1897, p. 6.
- Relatório [...] à 7ª assembléia geral [...] 30 de maio de 1898. *Jornal do Commercio*, RJ, 28 maio 1898, p. 4-5.
- Relatório [...] à assembléia geral [...] reunião ordinária de 1899. *Jornal do Commercio*, RJ, 29 maio 1899, p. 4.
- Relatório [...] à 9ª assembléia geral [...] 30 de maio de 1900. *Jornal do Commercio*, RJ, 29 maio 1900, p. 5.
- Relatório [...] à 10ª assembléia geral [...] 30 de maio de 1901. *Jornal do Commercio*, RJ, 29 maio 1901, p. 6.
- Relatório [...] à assembléia geral [em 31 maio 1902]. *Jornal do Commercio*, RJ, 31 maio 1902, p. 4.
- Relatório dos liquidantes [à] assembléia geral de 26 de fevereiro de 1903. *Diário Oficial da União*, RJ, 26 fev. 1903, p. 1112.